



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

## **2 — A REVOLUÇÃO E AS REFORMAS**

RIO DE JANEIRO, 14 DE DEZEMBRO DE 1964

NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, AO RECEBER  
O TÍTULO DE «CIDADÃO CARIOCA».

Estou muito agradecido ao título com que me distinguiram os representantes da Guanabara. Várias outras assembleias estaduais ou municipais têm-me concedido honraria equivalente à vossa, e em tôdas elas reconheço a maneira pela qual buscam aproximar o Presidente da República de cada uma das coletividades que representam, fazendo-o assim participar, mais de perto, dos problemas locais.

No caso particular da Guanabara ocorre, entretanto, a circunstância de haver o nôvo concidadão, com a sua família, vivido muitos períodos da existência na cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhou em diversas organizações do Exército. O que significa que há muito se habituou a amar a vossa grande metrópole. Quem, aqui vivendo, não terá igual sentimento?

Capital do País durante dois séculos, e, portanto, ponto natural de convergência dos filhos de outras regiões, assim como de estrangeiros também atraídos pela vossa condição e as vossas belezas insuperáveis, acostumastes-vos a acolher uns e outros sem, contudo, perder o espírito local. Soubestes ser, concomitantemente, nacional e cosmopolita. De fato, pelo espírito, pelo trabalho, pelas peculiaridades dos seus habitantes, logrou a vossa cidade conservar aquêle traço de orgulho nacional ao mesmo tempo em que se mantém profundamente ciosa do seu próprio destino.

E é justamente êsse povo tão cheio de nobres qualidades que bem representais. Sois dêle uma legítima expressão. E isso bem explica a honra com que falo perante esta Assembléia. Não devo

esquecer, aliás, que o povo da Guanabara, pelo adequado uso do voto, conseguiu ter o Governo que merecia. E, graças a isso, constituiu-se a vossa comunidade num alto exemplo de reação legal contra a prepotência dos que, por mera exibição de arbitrio, imaginaram esmagar o Governo que livre e democráticamente aqui se constituiu. Um Governo pelo estilo, marcadamente realizador, eficiente e audacioso, tirou a Guanabara da rotina de uma Prefeitura em decadência para a transformar num dos maiores Estados da Federação.

Não há, pois, exagêro em dizer-vos que pelo seu povo e pelos mais altos órgãos que lhe compõem o Governo, do qual sois magna parte, a Guanabara como que se antecipou à própria Revolução de 31 de março. Natural, portanto, que, ao alcançarmos o oitavo mês do Governo revolucionário, deseje ultrapassar os limites de um simples agradecimento. Na realidade vejo aqui a oportunidade para falar a todos os brasileiros, expondo-lhes as dificuldades, as realizações e as perspectivas nesta fase de reconstrução do Brasil. Tarefa por certo cheia de sacrifícios e, por isso mesmo, à altura do grande povo que convocamos para realizá-la.

De fato, apesar da aguda sensibilidade de que é dotado, o povo brasileiro parece não haver ainda compreendido, em tôda a extensão, o que foram o desmando e a anarquia do Governo passado. E, portanto, os graves riscos a que a Nação estêve exposta. Realmente foi terrível a herança administrativa, econômica, financeira, política e social recebida pela Revolução, que, de início, ainda precisou se sobrepor à campanha dos que, principalmente fora do País, buscavam deformar-lhe a imagem. E as forças que aqui se opuseram à corrupção e à derrocada das instituições democráticas, por muitos então justamente consideradas por um fio, viram-se retratadas no exterior como contrárias às reformas de estrutura há muito reclamadas pela nossa sociedade. Na realidade era mais uma caricatura grotesca do que um retrato da Revolução vitoriosa. Do mesmo modo que, no plano interno — graças à liberdade de expressão sempre respeitada — manipulavam as mais insólitas variações, com o objetivo de criar

na opinião pública intoleráveis suspeitas quanto ao comportamento do Governo em relação aos mais altos interesses do País.

É a tudo isso que temos buscado responder, não por meio de alguma publicidade dirigida, mas por atos inequívocos e capazes de oferecerem uma nítida imagem da Revolução. E hoje o povo brasileiro já sabe, e nisso confia, que não fizemos uma revolução para encampar estruturas obsoletas, que, além de socialmente iníquas, constituíam-se em estôrvo ao pleno desenvolvimento nacional.

Prometemos reformas, e não agitação em tôrno de reformas. E em menos de oito meses já temos a nosso crédito, entre outras, a reforma habitacional, a agrária, a tributária, a bancária, tôdas elas inspiradas única e exclusivamente no propósito de abrir ao Brasil as perspectivas de que precisa para enfrentar as naturais aspirações das sociedades modernas. E, logo se encerrem as férias legislativas, novos projetos de reformas serão submetidos à apreciação do Congresso Nacional.

Mas, não é apenas isso que os brasileiros precisam saber. Urge que eles saibam e confiem em que o Governo revolucionário nada tem a aprender, em relação aos compromissos diante da soberania nacional, com aquêles que o combatem. Nesse terreno não teme confrontos. Do mesmo modo que não receia que a sua ação desassomburada possa confundir-se com a dos que, embora desejando que nada mudasse, pregavam reformas e autodeterminação, como se pudessem coexistir, lado a lado, justiça social e retrocesso econômico, ou autodeterminação e desordenada dívida com o estrangeiro. A verdade é que os legítimos interesses do País estavam esquecidos ou soterrados sob um aluvião de «slogans», que, iludindo a boa-fé de alguns, se destinavam a escravizar todos os brasileiros. Aliás, quantos alimentarem dúvidas sôbre a verdade em relação ao falso nacionalismo que nos dominou a cena nos últimos três anos, poderão ver que êle não nos melhorou a economia, não nos tornou mais independentes, nem promoveu maior justiça social. Apenas o barulho da propaganda enganou a muitos, enquanto assistimos ao retrocesso econômico, à queda do desenvolvimento, ao aviltamento da moeda, crescente dependência do exterior e profunda divisão da sociedade brasileira. Ou não será

êsse o balanço das promessas com que tentou iludir milhões de homens de boa-fé? Em compensação buscava-se atirar sôbre o estrangeiro a culpa das frustrações inevitavelmente colhidas, que, na realidade, decorriam de não aumentarmos nossas exportações, ou usarmos instrumentos adequados para obter a poupança capaz de financiar, com recursos próprios, maior parcela do nosso desenvolvimento. Numa palavra, fugíamos ao primeiro dos deveres de um povo, que é o de ajudar-se a si mesmo.

Como chamar ou julgar nacionalista um Govêrno que desacreditou o Brasil no exterior e permitiu o regresso do nosso desenvolvimento graças à incapacidade de planejar e executar? Pois é êsse tipo de farsa que os brasileiros se recusam a patrocinar.

Mais do que isso, entretanto, já é tempo de reivindicar para o atual Govêrno haver retomado a única e autêntica revolução nacionalista — aquela que o povo reclama, e não a que os demagogos prometem bem certos de não cumprir. Até porque se nenhuma economia é independente quando precisa de ajuda externa para financiar as suas importações, também nenhuma nação deve recusar essa ajuda se dela depende o seu rápido desenvolvimento. Ajuda que é apenas uma etapa no caminho do desenvolvimento, mas que deve ser inseparável da mobilização dos próprios recursos do País.

Assim, a primeira condição de um autêntico nacionalismo está na verificação objetiva dos meios e instrumentos necessários para tornar a Nação economicamente independente. E isso é o que está fazendo o Govêrno da Revolução.

Convém, porém, acentuar que o Brasil não tem motivos para qualquer complexo de inferioridade. Embora com uma renda média anual de 330 dólares per capita, não somos, em rigor, um País subdesenvolvido. Basta dizer-se que a região Centro-Sul, com mais de metade da população do País, registra uma renda média de 450 dólares. E São Paulo, com 600 dólares per capita, já desfruta posição igual à de algumas nações européias tidas como desenvolvidas. Mais próprio, portanto, do que classificar o Brasil como um país subdesenvolvido, seria encará-lo como uma nação ainda com bolsões regionais de subdesenvolvimento.

Por certo precisamos de ajuda externa para o nosso desenvolvimento, pois a obtenção de poupanças estrangeiras é a única forma de aumentarmos os investimentos internos sem recorrermos a uma indesejável e talvez impossível compressão do nosso consumo. E quem acreditaria que pudéssemos preservar as liberdades de um regime democrático sem melhorarmos as condições de vida do nosso povo?

Daí o esforço do Govêrno revolucionário no sentido de corrigir tôda uma série de erros, que melhor seria chamar de crimes contra a prosperidade nacional, a fim de alcançarmos, em breve tempo, a retomada da marcha interrompida. Foi com êsse objetivo que nos vimos obrigados à majoração de tributos destinados a incrementar nossas poupanças internas e assim contribuímos com uma crescente parcela nos investimentos necessários ao desenvolvimento. Do mesmo modo que o estímulo às exportações visa a maiores recursos em divisas para a importação de bens de consumo. São tôdas elas medidas certas, para dissipar de vez os freqüentes e insubsistentes temores de colonialismo econômico.

Com êsse espírito já tomou o Govêrno várias providências, que contribuirão para uma real independência econômica. Dentre elas deveremos mencionar a reforma tributária, o orçamento para 1965, a política salarial, o combate ao deficit das autarquias e emprêsas de economia mista e a extinção dos subsídios cambiais. É com êsse conjunto de medidas, tôdas elas partes integrantes de um austero plano de Govêrno, que poderemos, num futuro próximo, ter o direito de importar o que precisarmos, e onde quisermos, sem recorrer ao favor de reiterados empréstimos. Estou certo de que êstes novos horizontes já estarão a despertar o nosso velho orgulho nacional, que não deve ser alimentado por «slogans» demagógicos, e sim por efetivas realizações. Conquistaremos assim uma firme independência, que se baseará em nossa própria riqueza, e não no ressentimento ou no temor face à riqueza de outros povos.

Daí reafirmarmos que o Brasil não tem motivos para complexos de inferioridade. Pelas suas próprias dimensões, a nossa economia oferece especiais condições de pujança, enquanto uma população de cêrca de 80 milhões nos abre um mercado interno superior ao de muitas nações desenvolvidas do ocidente. Nem devemos

omitir que do ponto de vista político e social possuimos características só encontradas em nações economicamente avançadas. Por exemplo, poderíamos lembrar a maturidade política do nosso povo e a sua decidida luta pelas liberdades democráticas; a mobilidade social, dentro de um quadro isento de discriminações; o espírito de iniciativa, que fez do País, em vinte anos, a maior nação industrial da América Latina.

Não será o suficiente para nos sentirmos bastante fortes e, portanto, acima de qualquer ameaça de colonialismo? Sòmente a ausência daquelas qualidades pode propiciar possibilidade ao colonialismo. Somos, sim, uma grande nação, e o natural zêlo pela nossa soberania não nos deve levar a uma atitude xenófoba, que apenas serviria para retardar a retomada do acelerado ritmo de desenvolvimento, que a inépcia administrativa e a demagogia subversiva tanto perturbaram. Fizeram-nos pensar e sentir como se fôssemos uma nação fraca e temerosa. Na realidade sofríamos de uma processo de estagnação, em boa parte decorrente da circunstância de havermos afugentado a ajuda externa, da qual, em verdade, ficávamos dia a dia mais dependentes.

Hoje o Governò sente-se em condições de pleitear a necessária colaboração externa com a altivez de quem solicita uma transação normal. Ao contrário do que ocorria até a Revolução, emprestar ao Brasil tornou-se investimento aceitável, e não transigência ditada por temores ou complacências de ordem política. É com orgulho que submetemos às agências financiadoras do exterior os nossos programas de realizações. E se o fazemos é porque confiamos, acima de tudo, na capacidade e no trabalho do povo brasileiro. Este, pelo seu esforço, libertar-se-á das humilhações decorrentes de um endividamento externo desordenado e improfícuo.

O Governò revolucionário não busca apenas defender o interêsse nacional: vai ampliá-lo. E o Presidente da República está perfeitamente seguro da política econômica, da qual é o fiador perante a Nação.

Aos que acusaram e acusam a Revolução respondemos com reformas realizadas dentro do normal funcionamento das insti-

tuições democráticas, que contaram com o firme trabalho do Congresso Nacional. E já podemos sentir os primeiros resultados na retomada do desenvolvimento, bem como a mudança do rumo e da velocidade da inflação. Também o custo de vida, que tem sido dolorosa contribuição do povo para a nossa libertação econômica, será substancialmente reduzido em 1965, até alcançarmos relativa estabilidade em 1966. É isso que o Governo promete; e é isso que será alcançado.

Estamos certos de que, na longa visão da História, os sofrimentos e as frustrações de hoje aparecerão como a boa semente de uma nova era de redenção do Brasil. Uma era na qual a Nação preferiu a verdade à ilusão das mentiras demagógicas, o progresso às humilhações de um virtual colonialismo, a inabalável vontade de trabalhar e construir à morfina dos empréstimos malbaratados.

Declarei-vos inicialmente, senhores deputados, que vos desejava dirigir algo mais do que uma saudação de reconhecimento pelo título com que me honrastes. Era o testemunho do meu aprêço por esta alta tribuna, de onde se fazem ouvir os representantes do grande povo carioca, com o qual todos os brasileiros se sentem profundamente identificados. Por fim, desejo agradecer as generosas palavras do vosso orador, tão benévolo no seu julgamento, e ao mesmo tempo reiterar-vos o meu desvanecimento e a segura fidelidade do vosso nôvo concidadão.